

**Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 12/07/2022**

1  
2  
3 No décimo segundo dia do mês de julho de 2022, às 09h, deu-se início à Reunião Extraordinária do  
4 mês de julho de 2022, presencial e *on-line*, realizada na plataforma Conferência da CELEPAR, do  
5 Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação  
6 de Rua do Estado do Paraná - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Representante Titular**  
7 **Governamental:** Dulce Maria Darolt (SEJUF/DEJUDH); Rosane Souza Freitas (SESA/DAV);  
8 **Representante Suplente Governamental:** João Paulo Reis Ribeiro (SEJUD/DEJUDH).  
9 **Representante Titular Sociedade Civil:** Julia Stefania Bezerril Miranda (OAB/PR); Francieli Ramos  
10 Padilha – Vila Vicentina Ponta Grossa; Nazaré de Campos Stihaenco - Ação Social Diocesana Bom  
11 Samaritano Procopense. **Representante Suplente Sociedade Civil:** João Victor da Silva – CRP  
12 Conselho Regional de Psicologia; Carlos Umberto dos Santos – MNPR Movimento Nacional da  
13 População de Rua. **Convidados Especialistas/Parceiros/Colaboradores:** ; Giovanna Kucaniz  
14 (CAOPJDH); Matheus Mafra (DPPR/NUCIDH); Izabel Maria de Gouveia Benvenuto (COHAPAR);  
15 Angélica Rein (SEJUF/DEJUDH). **01.Abertura:** Às nove horas a coordenadora Dulce iniciou a  
16 reunião, observando que não havia quórum suficiente no momento, aguardou doze minutos  
17 regimentais. Depois de decorrido o prazo iniciou a reunião às 09h12mts dentro do período regimental  
18 para começar com 50% mais um, dos membros. Solicitou que cada um fizesse a saudação e  
19 apresentando João Paulo como seu novo suplente. João Paulo se apresentou se disponibilizando para  
20 qualquer esclarecimento. Os participantes presentes e online cumprimentaram-se e seus nomes estão  
21 assentados acima. **02.Aprovação da Pauta:** Sra. Dulce apresentou a pauta em tela: **01.Abertura;**  
22 **02.Aprovação da Pauta;** **03.Memória da reunião ordinária do mês de Junho de 2022 do CIAMPRua/PR, para**  
23 **aprovação;** **04. Relatório a ser apresentado por Nazaré - Relatora da Comissão do Plano Estadual Decenal da**  
24 **PSR;** **05. Ofício Circular 001.2022 & Ofício 385.2022 DPPR – infiltrados;** **06. Informes SEJUF – período**  
25 **eleitoral – cancelamento de uso de plataformas digitais;** **O município de Cianorte está instituindo o CIAMP;**  
26 **07. Informes de Membros: SESP e OAB > relatório da representação deles no Seminário da Polícia Civil;** **08.**  
27 **Encerramento.** Pauta aprovada. **03.Memória da reunião ordinária do mês de Junho de 2022 do**  
28 **CIAMPRua/PR, para aprovação:** Na tela Dulce apresentou a Memória da reunião ordinária do mês  
29 de junho do dia 14/06. Dulce pergunta se todos estão de acordo com Memória ordinária de Junho,  
30 estando todos de acordo, foi **aprovada**. Em seguida foi apresentada a memória da Reunião  
31 Extraordinária do mês de junho, do dia 21/06, informando não ter recebido nenhuma alteração para ser  
32 realizada na memória em questão e perguntou aos demais se a mesma está aprovada ou se querem  
33 fazer alguma alteração. João Victor informa não estar recebendo os e-mails com os informes do  
34 CIAMP, Dulce o responde que conferiu os e-mails e tem encaminhado com cópia no e-mail dele como  
35 aos demais. João Victor repassou seu e-mail para conferência ([jvictors023@gmail.com](mailto:jvictors023@gmail.com)); diante disso  
36 Dulce informou que irá realizar qualquer correção que houver. Carlos fala a respeito do cartaz Do  
37 Ventre à Rua e diz que poderia ter inserido Moradia Primeiro no direito da mulher em situação de rua,  
38 Dulce explica para ele que as informações contidas no cartaz são referentes ao acolhimento em  
39 conjunto e que as alterações realizadas na mesma foram de acordo com as deliberadas e aprovadas nas  
40 reuniões anteriores do Comitê. Neste momento João Paulo solicita licença, pois precisou ausentar-se  
41 da reunião. Voltando à Memória Extraordinária de Junho, como todos não se manifestaram, considera-  
42 se **Aprovada**. **04. Relatório a ser apresentado por Nazaré - Relatora da Comissão do Plano**  
43 **Estadual Decenal da PSR:** Seguindo para o próximo ponto a ser aprovado, Dulce passa a palavra  
44 para Sra Nazaré. Nazaré inicia então a leitura do documento, mencionando a data e o nome dos  
45 presentes; neste documento constam os ocorridos das reuniões a respeito do eixo, segue em **itálico**:  
46 *“Relatoria da 20ª e 21ª reunião da Comissão de Trabalho para a construção do Plano Estadual*  
47 *Decenal para PSR, 09ª e 10ª de 2022. A nona ocorrida no dia 22 de junho das 13:30h às 17:00h com*  
48 *a proposta de continuidade do estudo do eixo Assistência Social e a décima ocorrida no dia 1º de*  
49 *junho das 14:30h às 15:50h, com a proposta de estudo do Eixo, Segurança Alimentar e Nutricional,*



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

5

50 *coparticipante do eixo social. Estiveram presentes no dia 22 de junho: Dulce Maria Darolt*  
 51 *(SEJUF/DEDIF); Nazaré de Campos Stihaienco e Anderson Cristiano de Araujo (Bom Samaritano de*  
 52 *Cornélio Procópio); Amélia Cabral Alessi (SEJUF/DEDIF); Carlos Humberto dos Santos (MNPR);*  
 53 *Patrícia Cavichiollo Tortato (SEJUF/DAS/DPSE); Taisa da Mota Oliveira (NUCIDH/DP/PR); Júlia*  
 54 *Mazarobba Caetano Ferreira (CRP/PR); Angélica Rein (SEJUF/DEDIF); Emanuely Rodrigues Alves*  
 55 *Assistente da DP e Giovanna Prezutti Denardi (OAB/PR). (Parágrafo) Inicialmente a coordenadora*  
 56 *Sra Dulce Darolt deu as boas-vindas a todos. Na sequência espelhou o eixo e passou a palavra para*  
 57 *Patrícia, representante da Secretaria de Assistência Social. Patrícia iniciou dizendo que ao rever*  
 58 *todas as colocações que foram trabalhadas, teve que fazer algumas adequações, porque fez uma*  
 59 *reflexão a respeito do que estávamos trabalhando. Partiu desde o começo inclusive da parte de*  
 60 *fundamentação do eixo que tirou algumas questões que foram inseridas pela DP na reunião do dia*  
 61 *01/06/2022. Retirou a citação da Resolução 40 de 2020 do CNDH da ação 3.10 e da meta 3.43.*  
 62 *elaborada para a ação 3.4., pertencentes a diretriz 03 e colocou na coluna das diretrizes nacionais.*  
 63 *Disse que a resolução não cabe e não precisa estar necessariamente dentro de uma ação. Por ser um*  
 64 *documento normativo cabe melhor na coluna das normativas, assim como as diretrizes da assistência*  
 65 *social e outras, porque se dá impressão que se está priorizando a resolução, sendo que ela já está*  
 66 *destacada na parte de fundamentação do eixo. Que a resolução será incluída quando for realizar as*  
 67 *ações do plano, que as capacitações observarão todas as normativas citadas no eixo. Que a resolução*  
 68 *40 e outros estão contidos nos aparatos da Assistência Social. Também avaliou que o eixo está com*  
 69 *muitas ações dentro do que é exequível, tanto para os municípios, como para o Estado. Disse que tudo*  
 70 *estará colocado dentro do seu radar e estará incluso nas capacitações. Ainda dentro da diretriz 03 foi*  
 71 *estudada a ação 3.5 onde parte da sua redação fala que os serviços do SUAS são os primeiros*  
 72 *atendimentos fornecidos aos cidadãos em situação de rua. Fala também sobre protocolos adequados*  
 73 *de aproximação e de acolhida inicial. Foi elaborada meta para capacitar as pessoas que trabalham*  
 74 *nos equipamentos da rede socioassistencial, para que atendam os usuários de forma adequada. Outra*  
 75 *parte da redação fala de vedação, expulsão e suspensão dos usuários dos serviços de assistência*  
 76 *social como medida de resolução de conflitos. Esta parte foi retirada e será abordada nas*  
 77 *capacitações. Na sequência iniciou-se o estudo das ações referentes a diretriz 04. Retomou-se a*  
 78 *discussão da ação 3.11. iniciada na última reunião, sobre a questão da contratação de pessoas em*  
 79 *situação de rua ou como trajetória de vida nas ruas para compor as equipes dos serviços*  
 80 *socioassistenciais voltados para esse público. Após várias considerações conclui-se que este assunto*  
 81 *necessita de interação com setores específicos da temática em questão. Foi elaborada uma meta com*  
 82 *a finalidade da criação de grupos de trabalho para analisar as possibilidades de contratação. E outra*  
 83 *de realizar ação conjunta entre o DAS/SEJUF e DET/SEJUF. Foi falado também da importância de*  
 84 *conhecer experiências sobre este tipo de contratação realizado por outros setores. Seguindo os*  
 85 *trabalhos foi ajustado o monitoramento da ação 3.13. Ao estudar a ação 3.14. verificou que seu*  
 86 *conteúdo é específico para a área de saúde. Foi decidido transferi-la para o eixo a ela*  
 87 *correspondente. Na sequência foi estudado a ação 3.15. e outra ação inserida pela DP. Foi decidido*  
 88 *manter apenas a redação da 3.15: Orientar os municípios para criação de um fluxo intersetorial da*  
 89 *rede de atendimento às pessoas em situação de rua, que deverá ser discutido e revisado*  
 90 *periodicamente, com destaque para as políticas de saúde, trabalho e habitação. Porém, foi*  
 91 *complementada com os termos: sistema de justiça, articulação das OSCs e movimentos sociais,*  
 92 *termos estes da ação sugerida pela DP que fora retirada. Foi estudada também uma segunda ação*  
 93 *inserida pela DP, na qual aborda a questão de assessoramento aos municípios no cumprimento do*  
 94 *dever de atender crianças e adolescentes em situação de rua, devendo atuar em estreita relação com o*  
 95 *Conselho Tutelar, CREAS, sistema de justiça e políticas públicas. Foi ressaltado que embora já exista*  
 96 *prioridade no atendimento às crianças e adolescentes, deve-se manter esta ação, para que este*  
 97 *público esteja mais visível no plano e que haja de fato articulação dos órgãos e equipamentos*  
 98 *específicos para esta população, conforme previsto nas orientações técnicas contidas na resolução*  
 99 *conjunta 01/CNAS/CONANDA/18.06.2009. Oferecer apoio técnico e capacitações continuadas aos*

100 *municípios no que diz respeito ao aprimoramento dos serviços que atendem as pessoas em situação de*  
101 *rua, inclusive para inclusão no Cadastro Único e acesso aos benefícios previdenciários e*  
102 *assistenciais. A DP propôs trocar a escrita desta ação embasando suas colocações nos artigos 47, 48*  
103 *e 49 da Resolução 40 de 2020 do CNDH. Um dos objetivos seria referenciar o CadÚnico, o outro é*  
104 *que a proposta obedeça a uma exigência do artigo 48 e seus respectivos parágrafos onde está escrito*  
105 *que todos os serviços do SUAS devem adotar as providências necessárias para garantir o acesso da*  
106 *pessoa em situação de rua e aos benefícios socioassistenciais. A representante da DP disse que o*  
107 *objetivo é que o estado fomente as estratégias de imediato cadastramento da PSR no CadÚnico, nos*  
108 *serviços socioassistenciais e na criação de benefícios eventuais. Patrícia disse que esta é uma*  
109 *atividade dos municípios, que o estado trabalha com orientações. E também porque está havendo um*  
110 *verdadeiro desmonte do CadÚnico. Que estão vindo mudanças do federal sem ser discutidas com as*  
111 *instâncias. Que está sendo lançado um aplicativo e que o cadastramento não é mais um entrevistador*  
112 *que faz. A discussão girou em torno de como ajudar os municípios com relação a esta questão. Após*  
113 *as discussões e por sugestão da técnica representante do eixo, decidiu que a ação 3.8. deve ficar como*  
114 *está e basear as metas no caderno suplementar 2 do CadÚnico. A representante da DP argumentou*  
115 *que seria interessante manter pelo menos a ação inserida logo após a 3.8. sobre benefícios eventuais,*  
116 *que a PSR tenha seus próprios benefícios eventuais, como por exemplo o aluguel social, por estarem*  
117 *enquadrados na vulnerabilidade temporária. A ação foi mantida e Patrícia disse que o estado pode*  
118 *incentivar os municípios na regulamentação dos benefícios eventuais na forma de vulnerabilidade*  
119 *temporária, conforme os documentos federais. E foi sugerido como meta realizar lives sobre este*  
120 *tema. Na sequencia foi lida a ação 3.9 e finalizado o item monitoramento que já havia sido iniciado*  
121 *pelas técnicas representantes do eixo. Foi lida a ação 3.16. que fala de garantia de direitos, foi*  
122 *decidido transferi-la para eixo cidadania, colocando-a na diretriz sobre articulação. Foi retirada a*  
123 *proposta da diretriz 06 que fala sobre vedação de práticas que impliquem na institucionalização da*  
124 *população em situação de rua, especialmente na modalidade compulsória. Foi feito um breve*  
125 *comentário sobre as ações da diretriz 07, e sobre Segurança Alimentar, Patrícia ficou de pensar sobre*  
126 *elas e enviar sugestões para a coordenação. Foi iniciada uma discussão sobre a diretriz 08 inserida*  
127 *pela DP, mas não houve aprofundamento devido ao adiantado da hora, ficando para a próxima*  
128 *reunião. Taisa falou sobre a presença da DP no Paraná, que está apenas com 17 comarcas e que não*  
129 *chega a 50 municípios, que necessitaria de mais recursos para que esteja presente em todos. Foi*  
130 *falado sobre a cultura da invisibilidade da PSR e citada a mulher em situação de rua, que nem*  
131 *aparece no plano estadual elaborado para as mulheres. Este é outro seguimento que poderia ser*  
132 *convidado para ser discutido no CIAMP Rua-PR. Finalizando, Dulce ficou de fazer os ajustes no eixo*  
133 *e enviar para o CT, lembrou que já tem outros indicados de outros eixos para serem discutidos pela*  
134 *Comissão do Plano. Agradeceu a todos pela colaboração e encerrou a reunião.” Completando esta*  
135 *leitura, Nazaré segue para outra relatoria: “Estiveram presentes no dia 01 de julho: Dulce Maria*  
136 *Darolt (SEJUF/DEDIF); Nazaré de Campos Stihaienco e Anderson Cristiano de Araujo (Bom*  
137 *Samaritano de Cornélio Procópio); Amélia Cabral Alessi (SEJUF/DEDIF); Taisa da Mota Oliveira*  
138 *(NUCIDH/DP/PR); João Victor da Silva (CRP/PR); Júlia Stefania Bezerril Miranda (OAB/PR),*  
139 *Izabel Maria Gouveia Benvenuti (COHAPAR/SEDE); Angélica Rein (SEJUF/DEDIF) e Valdenir*  
140 *Veloso Neto (Técnico representante da SEAB). Inicialmente a coordenadora Sra Dulce Darolt deu a*  
141 *boas-vindas a todos. O estudo foi iniciado com a fala do técnico representante do eixo, dizendo que o*  
142 *foco da SEAB é a agricultura de grande porte, médio e familiar. Dentro da agricultura familiar tem*  
143 *um eixo forte que é a segurança alimentar e nutricional. Que a SEAB trabalha com financiamento*  
144 *para a construção de equipamentos de segurança alimentar. São cozinhas, padarias, hortas*  
145 *comunitárias, restaurantes populares, programa leite das crianças, programa compra direta Paraná e*  
146 *outros. Foi perguntado se no plano está previsto ações específicas para a PSR, ou somente questões*  
147 *de vulnerabilidade em si. Disse que especificamente não. Mas que as entidades que fazem parte do*





**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

10  
148 *programa Compra Direta que funciona nos 399 municípios que compõe o Estado atende a PSR, mas*  
149 *necessita fazer cobranças para que o alimento seja disponibilizado a esta população. Por serem*  
150 *muitos municípios não consegue acompanhar se isso realmente está acontecendo. Para o programa*  
151 *Compra Direta o investimento para este ano é de 40 milhões. Compra-se da agricultura familiar e*  
152 *entrega-se em toda a rede socioassistencial. Que desde o ano passado foram incluídos os CRAS,*  
153 *CREAS, Centros POPs e também as entidades em municípios menores que trabalham com públicos*  
154 *variados. Disse que havendo mais recurso a ideia é colocar no plano a ampliação do programa para*  
155 *atender aquelas entidades que trabalham com a PSR. Que é um programa bem disputado, sendo*  
156 *necessário prorrogar o prazo das inscrições. Que as associações e cooperativas do estado já se*  
157 *apropriaram bem dele. Que terminou o contrato e os recursos e já tem um novo edital em tramitação.*  
158 *Que já foi feita a classificação de todos os agricultores familiares, que irão fazer a venda para o*  
159 *estado e de todas as entidades que irão receber. Na segunda quinzena de julho começam as entregas*  
160 *novamente. Ao ser perguntado se haveria interrupção por causa do período eleitoral, disse que o*  
161 *programa possui ação continuada desde 2020 e que por este motivo não configura entrega de bens*  
162 *com fins eleitorais que a respeito das questões jurídicas que envolvem a distribuição de alimentos que*  
163 *podem configurar crime eleitoral, foi consultado a PGE e não haverá problema de interrupção. Que o*  
164 *produtor rural além de vender para o programa segurança alimentar e nutricional estadual, e as*  
165 *entidades que não recebem mais nada do federal, possa receber da agricultura familiar. Esse é um*  
166 *programa que veio para substituir o programa federal PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).*  
167 *Através do governo federal praticamente não tem mais política de segurança alimentar no país.*  
168 *Explicou que o PAA, um programa que já foi forte antigamente estando em 370 municípios, há 4 anos*  
169 *atrás caiu para 68 e em 2021 só atendeu 60 municípios e com recurso bem pequenininho. Porque o*  
170 *governo federal não está mais investindo nesse programa. Que recentemente lançou uma portaria*  
171 *para os estados incluírem os municípios que seriam contemplados com o PAA, que agora passou a se*  
172 *chamar Alimenta Brasil, que a portaria dias após ser lançada foi revogada e até o presente momento*  
173 *não receberam nenhuma outra informação e talvez por ser ano eleitoral não virá mais nada. Que até*  
174 *31 de maio deste ano o governo federal tinha empenhado 80 milhões para o PAA para atender o*  
175 *Brasil inteiro. Que este ano não conseguiram incluir nenhum outro município no programa. Valdenir*  
176 *falou sobre o programa de fomento aos equipamentos de segurança alimentar no Paraná. Que*  
177 *trabalha com verba e fundo perdido. Dentro dele estão restaurantes populares, cozinhas comunitárias,*  
178 *hortas comunitárias, banco de alimento, sacolão, feira verde e o que o município tiver interesse em*  
179 *fazer e que faça parte da rede de proteção. Sendo segurança alimentar a SEAB financia. Restaurante*  
180 *popular são somente para municípios acima de 80 mil habitantes por ser uma estrutura muito grande.*  
181 *Os recursos variam entre 2 e 4 milhões e o município entra com uma contra partida mínima. E para*  
182 *os municípios de médio e pequeno porte tem o financiamento para a compra de material permanente e*  
183 *de consumo, para cozinhas, padarias e horas comunitárias e os recursos variam entre 200 a 300 mil*  
184 *reais. Os municípios tem acessado bastante o programa de fomento. A SEAB entra com os recursos e*  
185 *o município faz a gestão. Com exceção da compra direta, os demais programas estão enquadrados*  
186 *nas determinações jurídicas eleitorais. Embora os recursos estão sendo liberados, só poderão ser*  
187 *usados após término do período eleitoral. Ao ser solicitado que a SEAB disponibilize todas as*  
188 *iniciativas comentadas, Valdenir recomendou a leitura do plano de segurança alimentar e nutricional*  
189 *para todos os que trabalham com a PSR. Lá estão todas as informações com maiores detalhes. Neste*  
190 *encontram-se as metas definidas por todos os órgãos vinculados da SEAB e as secretarias que*  
191 *trabalham com ações de segurança alimentar do Paraná. Postou o link para que todos possam*  
192 *conhecer o plano de 2020 a 2023, onde está tudo sistematizado. Disse que o forte do plano é*  
193 *trabalhar com as unidades vinculadas da SEAB, mas também ações de todos os órgãos que trabalha,*  
194 *direta ou indiretamente com segurança alimentar. Citou a SANEPAR como, por exemplo, porque ter*  
195 *acesso à água limpa é primordial para ter segurança alimentar. Outra ação que quer inserir no plano*  
196 *estadual de segurança alimentar é o banco de alimentos da CEASA, que já funciona em Curitiba,*  
197 *Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu. Que em 2020 e 2021 através do banco de alimentos foi*

198 *direcionado na forma emergencial para a PSR. Que essa ideia seja realizada pelo menos pelas cinco*  
199 *unidades regionais acima citadas. Dulce pergunta se ele havia observado o que estava colocado no*  
200 *eixo, se as propostas são condizentes com o que a SEAB faz ou se precisariam ser alteradas, se queria*  
201 *que espelhasse o eixo e fosse fazendo as correções, ação por ação em conjunto com a CT ou se faria*  
202 *sozinho. Valdenir sugeriu que o CIAMP/RUA/PR juntamente com a SEAB solicite aos equipamentos*  
203 *(cozinhas Comunitária e Restaurantes sociais) um levantamento de quantas pessoas são atendidas e*  
204 *dessas quantas estão em situação de rua. Sobre a contagem da PSR atendida pelos equipamentos,*  
205 *surgiu discussão que ao ser identificado poderia gerar discriminação levando ao preconceito. Dulce*  
206 *falou que se quisermos fazer um levantamento vamos ter que encarar o fato de que eles serão*  
207 *identificados. Se uma das nossas metas é mensurar se PSR está sendo atendida pela segurança*  
208 *alimentar, como iremos saber se estão recebendo lá na ponta a alimentação? Se não fizermos o*  
209 *levantamento não teremos como mensurar. João Victor falou que não é contra a identificação, mas*  
210 *como isto será feito. Dulce colocou como sugestão ser cadastrados no Centro POP, que repassaria a*  
211 *listagem com dados para todos os restaurantes da prefeitura ou terceirizados. Foi falado que*  
212 *precisamos saber como funcionaria para pessoas que não acessam o Centro POP e que não estão no*  
213 *CadÚnico, ou que acabaram de chegar na cidade, mas que precisam da alimentação. Foi abordado*  
214 *sobre a auto declaração, que poderá haver muitos casos de falsas declarações. Falou-se do benefício*  
215 *da dívida, primeiro deve-se garantir a alimentação. Havendo dúvida se a pessoa está usando de má*  
216 *fé, deve-se fazer um levantamento mais aprofundado. Foi sugerido usar o cadastro no Centro POP e a*  
217 *autodeclaração acompanhada do nome e um documento se a pessoa tiver. (Parágrafo) O*  
218 *levantamento favorecerá aos equipamentos melhor previsão, distribuição e aproveitamento evitando*  
219 *desperdícios. Após as discussões, foi sugerido para o Técnico representante da SEAB, inserir como*  
220 *proposta no plano as diretrizes sobre a identificação da PSR e metas sobre levantamento, observando*  
221 *os elementos discutidos na reunião do eixo. Valdenir disse que é possível inserir a proposta e que o*  
222 *levantamento poderá ser feito através dos núcleos regionais que são bem atuantes. Frisou que precisa*  
223 *deixar mais claro no plano sobre a PSR, porque assim será possível cobrar com mais firmeza dos*  
224 *órgãos e entidades que recebem financiamentos do estado, incluídas a desenvolver ações que atendam*  
225 *a PSR. Ressaltou a importância da presença dos mecanismos de controle externo, como DP e MP,*  
226 *para que o plano seja colocado em prática corretamente. Fortalecendo o trabalho empreendido pelos*  
227 *técnicos. Finalizando, ficou acertado que a comissão fará nova reunião sobre este eixo após a SEAB*  
228 *realizar reunião interna sobre o Plano PSR, e termos recebido da SEAB o documento com as metas e*  
229 *os ajustes realizados pelo técnico representante, em data a combinar. Dulce agradeceu a colaboração*  
230 *de todos e encerrou a reunião.” Nazaré finaliza a leitura da relatoria e Dulce deixa em aberto para o*  
231 *pleno para quaisquer alterações que sejam necessárias, todos de acordo, relatoria **aprovada** em*  
232 *unanimidade. Dulce agradece a relatoria impecável de Nazaré. Seguindo para o próximo ponto de*  
233 *pauta, antes justifica a ausência de Patrícia do DAS, Assistência Social, que está de férias e sua*  
234 *suplente está de licença médica. Giovanna também está de férias e talvez não consiga acessar a*  
235 *reunião, deixou a assessoria jurídica do MP através da Naira, caso seja necessário. Mesmo em férias a*  
236 *Giovana conseguiu acessar a reunião por um tempo, mas como estava em deslocamento, caiu seu sinal*  
237 *de internet e não conseguiu reentrar. Por conta disso o MP não conseguiu participar do restante da*  
238 *reunião. Seguindo para o próximo ponto de pauta, Dulce inicia o **5. Ofício Circular 001.002 & Ofício***  
239 ***385.2022 DPPR – Infiltrados:** Dulce recorda a todos desse tópico quando o surgimento do ofício*  
240 *originou-se através de Apucarana, assunto discutido amplamente em duas reuniões em Março e abril*  
241 *com diversos órgãos sugeridos como MP, DP, Assistência Social e os demais membros do CIAMP,*  
242 *inclusive municípios que participaram como Umuarama e São José dos Pinhais; a SESP que participou*  
243 *o suplente na primeira reunião e na segunda com o titular junto ao seu suplente, DAS e todos que*  
244 *contribuíram sendo decidido que todos os técnicos da Assistência Social dos municípios deveriam*  
245 *estar cientes dessas orientações contidas no ofício, pois possivelmente poderia estar acontecendo*



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

15

246 situações parecidas, solicitando então que além de Apucarana, poderia adequar o documento e  
 247 distribuí-lo para os outros municípios, utilizando o mesmo como oficial para uso circular, adequando a  
 248 linguagem que não estivessem adequadas para serem enviadas aos municípios em geral. Dulce, após  
 249 explicar, informa que trouxe esse ofício para analisar junto aos demais e espelha na tela para todos  
 250 visualizarem. Matheus chama no chat para falar à respeito do Ofício e Dulce pede a gentileza dela  
 251 realizar a leitura primeiro antes de discutir o assunto solicitado por Matheus. Dulce relembra que o  
 252 Comitê é muito aberto às orientações do MP e da DP caso haja qualquer tipo de irregularidade ou algo  
 253 fora das normas que estejamos cometendo; mas que se deve lembrar que o MP e a DP estiveram  
 254 presentes em todas as discussões e o pleno aprovou. Dulce infere que em outras situações aconteceram  
 255 do Pleno votar e a DP desfazer o voto do mesmo, consultando ela então o jurídico para saber se há  
 256 permissão para anulação de voto sendo respondida que o voto pode ser alterado caso haja algo fora da  
 257 norma. Dulce frisa respeitar cada especialista e diz que cada um tem seu voto válido, surgindo então  
 258 aquela dúvida: para que existe o pleno se seu voto é desfeito? Dulce explica que a função dela é essa  
 259 de estar coordenando respeitosamente a opinião de cada um. Dulce espelha então o Ofício nº 385/2022  
 260 – enviado aos cuidados dela como coordenadora do CIAMP, não como pessoa física. Seguindo a  
 261 leitura: *“Ofício nº 385/2022/ DPPR/NUCIDH - Curitiba, data da assinatura digital. À Ilustríssima*  
 262 *Senhora DULCE DAROLT - Coordenadora Titular do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e*  
 263 *Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do Estado do Paraná – CIAMP Rua-PR*  
 264 *E-mail: [dulcem@sejuf.pr.gov.br](mailto:dulcem@sejuf.pr.gov.br) e [ciampruaparana@sejuf.pr.gov.br](mailto:ciampruaparana@sejuf.pr.gov.br) Assunto: Considerações a*  
 265 *respeito do Ofício Circular 001/2022 – CPPOPRUA, o qual versa sobre possíveis ‘infiltrados’ em*  
 266 *equipamentos de assistência social destinados à população em situação de rua. Com os cordiais*  
 267 *cumprimentos, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, instituição permanente,*  
 268 *essencial à função jurisdicional do Estado, sendo expressão e instrumento do regime democrático, na*  
 269 *dicção do art. 134 da Constituição da República, por meio do Núcleo da Cidadania e Direitos*  
 270 *Humanos (NUCIDH), vem expor e solicitar o que segue. Recentemente, nos foi remetido o Ofício*  
 271 *Circular 001/2022 – CPPOPRUA, contendo orientações acerca das medidas a serem adotadas em*  
 272 *face aos “infiltrados” em equipamentos de assistência social destinados às pessoas em situação de*  
 273 *rua. No momento do envio da proposta do circular, foi solicitado contribuições das instituições que*  
 274 *integram o Comitê de Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População*  
 275 *em Situação de Rua do Estado do Paraná. Da leitura do documento, a Defensoria Pública entende*  
 276 *pela desnecessidade de um ofício circular sobre a temática, uma vez que seu teor pode suscitar em*  
 277 *violações de direitos humanos — tendo em vista a estigmatização e discriminação propiciadas,*  
 278 *sobretudo, pelos termos utilizados. (infiltrados, meliantes etc.) e que sua abordagem centraliza em*  
 279 *aspectos criminais e de segurança pública, desviando da finalidade de assistência social da atuação*  
 280 *do CIAMP Rua - Paraná e dos respectivos equipamentos que seriam destinatários dos equipamentos.*  
 281 *Sobre isso, é importante salientar que qualquer ambiente é passível de ter alguma pessoa que possa*  
 282 *cometer alguma prática delitativa, de modo que não se trata de uma realidade restrita aos*  
 283 *equipamentos de assistência social prestados à população em situação de rua. Diante da ocorrência*  
 284 *de um delito em algum equipamento, a medida a ser adotada pelos servidores dos equipamentos de*  
 285 *assistência é a mesma a ser adotada em face a qualquer cidadão comum (esteja em situação de rua ou*  
 286 *não). O combate a eventuais crimes não pode justificar a violação de direitos das pessoas em situação*  
 287 *de rua e a estigmatização desse segmento da sociedade, especialmente nas dependências dos*  
 288 *equipamentos de assistência social, os quais são responsáveis para garantir o acesso à fruição de*  
 289 *diversos direitos fundamentais, como moradia, segurança e privacidade, que devem ser*  
 290 *salvaguardados. Nesse mesmo sentido, o atendimento prestado pelos serviços de assistência social*  
 291 *não pode desconsiderar a presença de eventuais egressos do sistema prisional e pessoas em situação*  
 292 *de vulnerabilidade que respondam a processos judiciais. A circulação do ofício circular ora analisado*  
 293 *pode, mais uma vez, acarretar em violações aos direitos de cidadãos em situação de rua. Nesse*  
 294 *sentido, é necessário lembrar que a própria Resolução nº 425/2021 do Conselho Nacional de*  
 295 *Justiça, por meio de seu art.19, §2º, aponta que caberá às unidades de assistência social garantir o*



296 *abrigo digno para cidadãos em situação de rua que respondam por prisões domiciliares ou saídas*  
297 *temporárias<sup>1</sup>.” Dulce lê a lei, no rodapé do ofício. (1 Art. 19. Observar-se-á, quando da determinação das*  
298 *medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, aquela que melhor se adequa à realidade da pessoa*  
299 *em situação de rua, em especial quanto à sua hipossuficiência, proporcionalidade da medida diante do contexto e*  
300 *trajetória de vida, além da possibilidade de cumprimento, evitando-se a aplicação de múltiplas medidas cautelares*  
301 *concomitantemente, para garantir que alcancem a sua finalidade. § 2º. No caso de prisão domiciliar e/ou saídas*  
302 *temporárias, o Juízo oficiará o órgão de assistência social municipal e estadual local, com antecedência, para que*  
303 *assegure abrigo digno para que a pessoa possa em situação de rua usufruir desses direitos.). Dulce retoma*  
304 *a leitura: “Assim, o teor do ofício pode instigar mudanças de posturas dos serviços de assistência*  
305 *social prestados pelos municípios, comprometendo os direitos da população em situação de rua.*  
306 *Cabe reforçar o contido na Resolução nº 40/2020, expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos*  
307 *Humanos, que estabelece diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das*  
308 *pessoas em situação de rua. Dentre suas orientações, destacam-se aquelas previstas nos arts. 35 a 70,*  
309 *que se aplicam diretamente às pautas de assistência social e segurança pública — pertinentes à*  
310 *conjuntura trazida pelo ofício em questão. (Parágrafo) No §1º de seu art. 38, lê-se que “os serviços de*  
311 *acolhimento devem respeitar a individualidade e privacidade de cada pessoa acolhida, em harmonia*  
312 *com a coletividade, pactuando de forma coletiva as regras de convivência, promovendo a sensação de*  
313 *pertencimento e a vivência de relações sociais mais saudáveis”, o que demonstra a fundamentalidade*  
314 *de zelar pelo respeito dos indivíduos em condições de sigilo e privacidade, em contrassenso com a*  
315 *sugestão de instalação de câmeras de monitoramento apresentada no ofício. Ademais, estabelece o*  
316 *art.51 que os serviços assistenciais devem contemplar o combate à discriminação e à violência contra*  
317 *a população em situação de rua. No mesmo sentido, dispõe o art.59: “o direito humano da população*  
318 *em situação de rua à segurança pública consiste na garantia de convivência social pacífica nos*  
319 *espaços e logradouros públicos em igualdade de condições com as/os demais cidadãs/cidadãos, com*  
320 *preservação de sua incolumidade, de sua privacidade e de seus pertences, assegurando atenção*  
321 *protetiva dos órgãos e agentes públicos contra práticas arbitrárias ou condutas vexatórias ou*  
322 *violentas” — reiterando a necessidade de se preservar a privacidade das pessoas em situação de rua*  
323 *e de protegê-las de qualquer atitude discriminatória. Ademais, é necessário reforçar que o CIAMP*  
324 *Rua é um comitê para o acompanhamento da política pública da população em situação de rua, com*  
325 *vistas à promoção dos direitos humanos dessas pessoas. Ante todo o exposto, a Defensoria Pública do*  
326 *Estado do Paraná entende que a divulgação do aludido ofício circular sobre o tema pode ensejar*  
327 *situações que culminem em violações à população em situação de rua, motivo pelo qual se sugere a*  
328 *sua não utilização. Seu teor pode acarretar uma criminalização das pessoas em situação de rua,*  
329 *comprometendo o próprio princípio não-criminalização, contido no art.3º, inciso II, da Resolução nº*  
330 *425/2021 do CNJ<sup>2</sup>. Sem mais, renovam-se protestos de elevada estima e consideração.”. Assinado por*  
331 *Antonio Vitor Barbosa de Almeida Defensor Público Coordenador do Núcleo da Cidadania e Direitos*  
332 *Humanos (NUCIDH) Daniel Alves Pereira Defensor Público Coordenador-Auxiliar do Núcleo da*  
333 *Cidadania e Direitos Humanos” (2. Art. 3º A Política de que trata esta Resolução será orientada pelos seguintes*  
334 *princípios: II – não criminalização das pessoas em situação de rua;.). Dulce finaliza a leitura e chama o Matheus*  
335 *para sentir-se a vontade e falar a respeito do ofício. Matheus cumprimenta a todos e diz que o objetivo*  
336 *do ofício que a DP enviou ao CIAMP era primeiramente registrar a avaliação e a opinião da DP em*  
337 *relação ao Ofício Circular 001 de 2022. Acrescentou que eles não concordavam com algumas questões*  
338 *que foram trazidas, vendo que era importante deixar isso registrado nos procedimentos do próprio DP e*  
339 *oficializar a todos participantes do CIAMP Rua/PR. Matheus expressa também que a DP não quis*  
340 *nenhum momento passar por cima das decisões feitas pelo CIAMP coletivamente e o próprio CIAMP*  
341 *faria as devidas considerações após a leitura do mesmo. Matheus lembra que esteve presente na*  
342 *reunião que tratou da questão de Apucarana a respeito dos infiltrados, onde depois de decorrida a*  
343 *análise, era para replicar essas orientações com o mesmo teor para os outros municípios do Paraná. O*  
344 *entendimento da NUCIDH então é que geraria uma movimentação não necessária nos municípios,*



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

20  
345 quando muitas vezes os municípios nem convivem com esse problema relatado: os infiltrados.  
346 Matheus infere então que a DP considera mais adequado ao ocorrer à questão de infiltrados, ou  
347 qualquer outro crime em qualquer outro espaço, é que se faça a denúncia para os órgãos responsáveis.  
348 É uma prática mais voltada para a Segurança Pública do que para a Assistência Social. Matheus  
349 informa que para aqueles que trabalham com Direito voltado para a área criminal e atuam por meio da  
350 NUCIDH também, alguns termos destacados não são técnicos e não é adequado utilizá-los, como por  
351 exemplo, o termo *meliantes* que acaba trazendo uma estigmatização, inclusive das pessoas que  
352 respondem por um processo criminal, destacando a necessidade de alterar esses termos. Para finalizar a  
353 fala, Matheus acrescenta que o que motivou o receio do envio desse ofício circular é o fato que  
354 sabemos que, seja de egressos do sistema penal ou de pessoas que estão respondendo processos  
355 criminais é algo que faz parte da rotina dos equipamentos de Assistência Social, por isso trouxeram  
356 junto a Resolução 425 do CNJ que ela prevê que as pessoas que estão respondendo um processo  
357 criminal pode se utilizar dos equipamentos de Assistência Social, justamente por isso que havia esse  
358 receio que trata de pessoas infiltradas que estariam praticando algum tráfico, por exemplo, poderia  
359 inclusive acarretar algum impacto sobre essas pessoas em específico, mesmo não sendo a intenção do  
360 CIAMP poderia potencializar essa estigmatização e vulnerabilidade que esses sujeitos já vivenciam.  
361 Mateus finaliza então lembrando que a DP não quis passar por cima das decisões tomadas pelo  
362 CIAMP, mas sim trazer sua opinião e agradece pela atenção. Dulce mais uma vez agradece a  
363 participação da DP, por explicarem as legislações a todos os membros do CIAMP para que os mesmo  
364 estejam bem cientes para decidir sobre as questões. Dulce trás então que os termos que não estão  
365 adequados podem ser alterados dentro daquilo que fere aos direitos humanos. Ela pondera que  
366 infelizmente têm ocorrido essas questões e os próprios municípios trouxeram e só foi tratado do  
367 mesmo porque os municípios relataram. Dulce relembra dos casos discutidos anteriormente a respeito  
368 de pessoas com tornozeleira eletrônica e de quando começaram a ser usadas, onde fora conversado  
369 com o Escritório da SESP com a Dra Ananda, coordenadora do Escritório das Tornozeleiras  
370 Eletrônicas (DEPEN), sendo designado que a Assistência Social podia atendê-los, pois precisam  
371 carregar a tornozeleira eletrônica; anteriormente havendo bastante dúvida se a Assistência Social podia  
372 atendê-los, hoje não ocorrem mais indisposições para esse atendimento; a Assistência Social é para  
373 todos aqueles que necessitam e a população em situação de rua e todos aqueles que se identificam  
374 como estar em situação de rua. Dulce continua falando ao Dr Mateus que infelizmente os municípios  
375 têm noticiado os ocorridos dessas situações ilícitas com pessoas que utilizam o local e de certa forma  
376 forçam outros para praticarem essa situação. Dulce pergunta se Mateus esteve presente na última  
377 reunião que fora discutido esse assunto, ele informou que não. Dulce informa que na última reunião  
378 foram discutidas todas as situações com mais profundidade ficando entendido que é um direito dos  
379 técnicos que atendem esses órgãos, a saber, como agir nesse tipo de situação. As câmeras inseridas em  
380 locais sociais do Centro POP, jamais seriam instaladas nos dormitórios ou em banheiros. Dulce  
381 informa ter conversado com a representante de Apucarana que entrou em contato e perguntou a ela  
382 onde instalaram as câmeras obtendo a resposta que foram instaladas somente em locais sociais. Dulce  
383 diz não saber como será definido pelo CIAMP e como ficará essa situação, perguntando a Matheus que  
384 palavras ele sugere para substituir os termos do ofício para não soarem ofensivas. Dulce pergunta se  
385 mais alguém presente gostaria de sugerir essas novas palavras a serem substituídas. Carlos toma a  
386 palavra e diz que foi boa a análise da DP e acrescenta que a pessoa em situação de rua se fizer algo  
387 errado, algum delito pagará da mesma forma que qualquer outro cidadão. Carlos considera ótimo o  
388 ofício da forma que está. Júlia informa pelo chat precisar se ausentar da reunião. Francieli envia no  
389 chat que sua opinião é manter o ofício e abrir para o Matheus quais as palavras se adequam as que  
390 foram levantadas pela defensoria, pois ela que trabalha diretamente nos equipamentos, que realmente  
391 conhece as dificuldades enfrentadas no acolhimento em relação aos infiltrados. Dulce agradece a  
392 participação de Francieli e por compartilhar sua experiência. João agradece o ofício e infere que a  
393 forma que o ofício pode ser reformulado e enviado após saber quais municípios estão passando por  
394 isso e depois enviar para os mesmos, a partir do pressuposto que pode acontecer esse problema,



395 mencionado acima por Mateus. João considera importante mensurar quais municípios que estão com  
396 essa dificuldade e não fazer um disparo massivo para não disparar um ofício de forma discriminada.  
397 Matheus retoma a sua posição que seria melhor cada aparelho contatar os órgãos de segurança pública.  
398 João trás que o problema não é o ofício, mas adequar à linguagem e tê-lo pronto no momento que  
399 ocorrer uma situação desta já o ter pronto, mas que precisamos ter a demanda para o envio do ofício,  
400 senão estará sendo enviado um protocolo que não existe. Francieli disse que o objetivo do ofício é  
401 orientar os municípios e jamais descriminalizar ou negar acesso a Assistência Social. Dulce informa  
402 que a maneira que tem identificado os municípios é através da participação, como, por exemplo,  
403 Apucarana, Pinhais, São José dos Pinhais e Umuarama e acontece nesses locais a questão dos  
404 infiltrados, assim como em Ponta Grossa, que fora informado por Francieli. Dulce pergunta então se  
405 estamos se não estaremos preterindo os municípios se não enviarmos para todos; enviando tão somente  
406 aos cinco identificados. Dulce relembra das diretrizes para o covid, a nota técnica segurança  
407 nutricional, orientações sobre o inverno, ambas diretrizes enviadas para os 399 municípios. É um  
408 contraponto. João discorda da posição de Dulce, Izabel achou oportunas as colocações da Defensoria  
409 para não generalizar e discriminar. Nazaré sente a necessidade de orientação bem fundamentada para  
410 os municípios que podem não estar passando por esse problema, mas possam vir a ter, porém se põe  
411 em dúvida em não alarmá-los enquanto não há essa necessidade. Matheus toma a palavra e diz que  
412 embora Apucarana viesse relatar sobre o ocorrido, São José dos Pinhais passando pelo mesmo ocorrido  
413 soube lidar; e não seria uma descriminalização não enviar aos outros municípios, enquanto algum deles  
414 vierem solicitar um direcionamento, o CIAMP enfim dá a orientação que entende como cabível;  
415 muitos municípios podem não estar passando pelo problema com os infiltrados ou estão passando um  
416 problema com os infiltrados e já sabem resolver. Ao replicar o ofício para todos os municípios do  
417 Paraná vamos desconsiderar que há município que pode não ter problema com essa situação. O  
418 posicionamento então da DP é não querer levantar uma poeira que não se precisa levantar. João Victor  
419 trás que é importante o CIAMP possuir essas orientações, e que considerou que a Dulce fez uma boa  
420 comparação a respeito das vacinas, de forma generalizada, sendo bom para todos, mas já no caso dos  
421 infiltrados ao enviar é como se criminalizasse o equipamento, estigmatizando uma parte da população.  
422 Dulce abre a memória extraordinária de junho de 2022 e trás o nome de todos os presentes no dia 21  
423 *(a mesma aprovada no início da reunião, ponto de pauta 03. Memória da reunião ordinária do mês de*  
424 *Junho de 2022 do CIAMP RUA/PR, para aprovação)*. Dulce espelha a Memória Extraordinária do dia  
425 21/06/2022 no seguinte texto: “(...) ponto de pauta **6. Informes – SEJUF / (6.1.) Ofício 005.2022:**  
426 *Dulce informa ter enviado o Ofício para Apucarana com o assunto dos infiltrados que fora discutido*  
427 *nas reuniões de março e abril logo após sendo feito o ofício e foi enviado para a Secretária Municipal*  
428 *de Apucarana para terem essa informação. Dulce pergunta se os presentes preferem em transformar*  
429 *esse ofício em ofício circular e encaminhar como orientação para os demais municípios, pois foi uma*  
430 *pauta solicitada por Apucarana, discutida por dois meses no CIAMP, sendo decidido enviar para*  
431 *Apucarana, cujo retorno não fora recebido. Dulce trás que uma das questões dos técnicos que*  
432 *atendem as pessoas em situação de rua, que deveriam saber destas questões e providências que*  
433 *seriam tomadas no caso de ocorrer estas questões de infiltrados. Então para que os técnicos saibam*  
434 *teríamos que enviar não o mesmo ofício, pois o atual foi descrito e direcionado diretamente para*  
435 *Apucarana, mas modificar os termos gerais, prevalecendo às mesmas orientações. **Aprovado em***  
436 *unanimidade a utilização desse ofício e deixá-lo como circular para enviar a todos os escritórios*  
437 *regionais e eles enviarem para os municípios do seu âmbito de responsabilidade.” Pausa. Dulce*  
438 *coloca então para a aprovação do pleno se querem rever esse posicionamento e essa aprovação do*  
439 *envio ou não do ofício para os municípios. João informa que está em desacordo com o envio e gostaria*  
440 *de rever. Carlos se posiciona de acordo com a fala de João. Nazaré concorda que seja feita a revisão do*  
441 *voto. Francieli opina que gostaria de pedir para votar isso numa reunião com mais membros do*  
442 *CIAMP presentes. Giovanna concorda com a revisão de Dulce. Rosane informa não estar na reunião*



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

25

443 passada e não ter votado. Dulce a responde que como ela não estava na reunião ( pois estava em férias)  
444 outros votaram no lugar dela. Rosane vai ler o ofício e posteriormente dará sua opinião. Nazaré quer  
445 rever essa decisão e Dulce pergunta se querem examinar o conteúdo do ofício ou se querem rever a  
446 decisão do envio do ofício. João Victor sugestiona que tipos de orientações são necessárias e repensar  
447 no processo de reenvio, para estarem de comum acordo. Dulce pergunta se querem então deixar para o  
448 mês de agosto e pensar sobre essa situação, sendo o assunto encerrado por hora e no próximo mês  
449 decidirem o que farão a cerca dos infiltrados. Nazaré de acordo com João Victor e prefere deixar para  
450 agosto, Carlos, Francieli e Giovanna concordam deixar para agosto esta decisão. Dulce pede então para  
451 repensarem sobre tudo que foi pontuado pela DP e no mês de agosto será determinado. Dulce agradece  
452 a DP por todo acompanhamento e a participação de todos. **Aprovado** em unanimidade para rever em  
453 agosto o ofício e a possibilidade do envio ou não aos municípios. Na sequencia Dulce trás o próximo  
454 ponto de pauta: **06. Informes SEJUF – período eleitoral – cancelamento de uso de plataformas digitais;**  
455 **O município de Cianorte está instituindo o CIAMP:** Ela relembra que iriam realizar um evento e uma  
456 live para comemorar no dia 19 de agosto (Memória Extraordinária 21/06/2022), no entanto, recebeu  
457 uma notificação da SEJUF sobre a questão do período eleitoral e foi orientado que nesse período não  
458 seria possível utilizar as plataformas online da SEJUF para fazer live e acontecendo de algum  
459 funcionário público realizar live ou publicações nas redes sociais nesse tempo de período eleitoral,  
460 sendo a SEJUF demandada pelo TSE, pode ser demandado no seu CPF. Dulce concluiu então que não  
461 será possível realizar mais esse evento, lembrando que até das redes sociais da SEJUF foram  
462 inativadas durante os três meses de período eleitoral. No momento se fará somente as reuniões  
463 ordinárias e o lançamento do Cartaz e da Cartilha (que ainda está na secretaria da comunicação  
464 fazendo as últimas alterações solicitadas). Outro informe é que a suplente da Dulce, a Amélia foi  
465 exonerada do cargo, pois não era funcionária pública efetiva, ela tinha cargo, e, conforme início da  
466 reunião, o João será seu substituto, ainda não nomeado, mas será o membro suplente coordenador no  
467 Paraná. Próximo ponto de pauta **07. Informes de Membros: SESP e OAB > relatório da representação**  
468 **deles no Seminário da Polícia Civil:** Dulce finaliza os informes agradecendo a Júlia do dia que  
469 participou da reunião do Seminário com a Polícia Civil. Como o Carlos não compareceu representando  
470 o InRua, Júlia da OAB fora chamada de última hora para representar a sociedade civil. Dulce agradece  
471 então a Giovanna que está representando a Júlia nesta reunião, agradecendo também a OAB e informa  
472 que o representante da SESP designado para representar a área governamental do CIAMP o Tenente  
473 Azolini se deslocou de Londrina vindo a Curitiba por determinação do estado maior da Polícia Militar,  
474 para representar o Comitê no Seminário da Polícia Civil. Giovanna avisou no chat que precisava se  
475 ausentar da reunião. Dulce abre para os demais, caso queiram fazer algum informe. Carlos toma a  
476 palavra e trás que no dia 19 de agosto o InRua fará um evento e considera importante o CIAMP fazer  
477 parte. O Movimento fará um campeonato de futebol e pergunta se alguém gostaria de ajudar com a  
478 aquisição da bola e coletes para o jogo. Deixando o convite para os dias 19 e 20 de agosto. Dulce acha  
479 excelente que eles tenham se programado; Carlos diz que os mesmos se reunirão na Praça Osório e  
480 depois ele encaminha mais informações para a Dulce repassar aos demais do CIAMP. Dulce confirma  
481 a data da audiência pública que está marcada para o dia 23 de julho as 09h da manhã na Assembleia  
482 Legislativa chamada pelo COPED. Izabel informa precisar se retirar na reunião. **08. Encerramento:**  
483 Carlos agradece pela reunião e se despede. Dulce agradece a presença de todos e considera importante  
484 essa movimentação do MNPR e InRua, aguardando o convite formal do Movimento para o CIAMP  
485 para ser encaminhado ao comitê. Ela se despede e deseja uma excelente semana e um excelente mês a  
486 todos. Os demais se despedem. Memória lavrada por Angélica Rein e revisada por Dulce Darolt.